

Municipalistas preparam nova marcha a Brasília

por M. A. Coelho Filho
de São Paulo

Uma nova Marcha a Brasília, capitaneada pela Frente Municipalista, já está sendo preparada. O anúncio da nova investida dos prefeitos e vereadores por uma reforma tributária foi feito ontem pelo vice-governador do São Paulo, Orestes Quércia, na sede da Associação Paulista dos Municípios e depois referendado na Secretaria do Interior. É intenção também dos municipalistas acompanhar de perto as discussões, no Congresso Nacional, sobre o próximo orçamento da União e, inclusive, fazer gestões para que sua cota de participação seja aumentada.

"A questão tributária não é um assunto que só diz respeito a problemas de ordem técnico-burocrática, mas sim a um problema que parte de uma opção política." A observação foi feita pelo secretário do Interior, Chopin Tavares de Lima, que, ao lado do vice-governador, afirmou estar programada para o próximo encontro das associações de municípios, no dia 22, uma explicação sobre os atuais "desvio de recursos dos municípios para a União, realizados ao arripio da própria Constituição".

LEQUE DE AÇÃO

Buscando ampliar seu le-

que de ação, a Frente Municipalista de agora em diante atacará em dois sentidos. O primeiro, procurando pressionar o governo e, principalmente, o presidente Figueiredo, na questão da reforma tributária. O segundo, investindo diretamente no Congresso Nacional, no que diz respeito à aprovação do orçamento de 85, que, na opinião da Frente, carece de modificações. Para tanto, a Secretaria do Interior Paulista, preparou uma representação ao Tribunal de Contas da União denunciando uma série de irregularidades.

O estudo, que será apresentado no 28º Congresso Estadual de Municípios — a ser realizado em Campos do Jordão no período de 18 a 22 de setembro — levanta sete irregularidades tributárias praticadas contra os municípios de todo o País. Segundo os técnicos da Secretaria, esses desvios causam uma sangria aos cofres municipais (os 4 mil existentes no País) de aproximadamente Cr\$ 1,5 trilhão. "Trata-se de manobras", afirmou Chopin, "realizadas através de portarias e de outros dispositivos que ferem a Constituição da República, desde muito tempo."

Um exemplo de desvio, segundo o secretário do Interior, é o caso da criação do Imposto sobre o Câmbio de Importação de Petróleo.